

LISBOA, SILVES E SANTARÉM NOS CAMINHOS DO CERCO DE TOMAR DE 1190

Miguel Gomes Martins

(Instituto de Estudos Medievais-FCSH e Gabinete de Estudos Olisiponenses)

Este texto tem por base a conferência proferida no dia 16 de Outubro de 2021, no auditório da Biblioteca Municipal de Tomar, integrada no ciclo de conferências evocativas do 13 de Outubro e de Gualdim Pais, organizado pelo Comité Científico Português da TREF (Rota Templária Europeia).

Depois dos importantes contributos de Alexandre Herculano, Ambrósio Huici Miranda, Mário Barroca e Maria João Branco, entre outros, poder-se-á pensar que pouco mais há para dizer sobre o cerco de Tomar de 1190. De facto, estes e outros autores sintetizaram já, se bem que em estudos de abrangência mais genérica, aqueles que são os aspectos essenciais desse episódio. No entanto, os desenvolvimentos historiográficos dos últimos anos, designadamente no âmbito da História Militar Medieval e da edição de fontes, vieram possibilitar, por um lado, a construção de uma visão mais completa e integrada dos sucessos ocorridos nesse “verão quente” de 1190 e, por outro, relacioná-los de forma mais coerente com outros acontecimentos a eles ligados e ocorridos num contexto espacial e temporal próximo.

Assim, com base nos diversos trabalhos até agora produzidos sobre o tema, com particular ênfase nos mais recentes avanços da historiografia, e assente numa releitura das fontes – tanto cristãs quanto muçulmanas –, este texto procura, de forma modesta, ir um pouco além do que até agora foi escrito sobre o cerco de 1190 e, desse modo, contribuir para aprofundar o conhecimento sobre um episódio que, envolvido ainda em diversas lendas e mitos, continua a suscitar inúmeras interrogações e dúvidas.

Em 1169, Afonso Henriques e Geraldo Geraldês *Sem-Pavor* sofriram, em Badajoz, uma pesada derrota às mãos de Fernando II de Leão e dos seus aliados almóadas, um desfecho que, para além de ter deixado o rei português fisicamente incapacitado e, de seguida, capturado pelo leonês, levou à perda de todos os territórios conquistados nos anos anteriores a leste e a sul de Évora, devolvidos como contrapartida pela sua libertação. No ano seguinte, o infante D. Sancho ainda arriscou, mas sem sucesso, uma nova tentativa de conquista da cidade. Porém, o estado de saúde

do rei, por um lado, e a aliança entre leoneses e almóadas – que em 1172 conseguiram, depois de derrotarem o *Rei Lobo*, que governava a taifa de Múrcia-Valência, unificar o al-Andalus sob a sua autoridade –, por outro, vieram pôr um termo na ofensiva portuguesa, obrigando Afonso Henriques a solicitar uma trégua de cinco anos ao califa Abu Yaqub Yussuf¹.

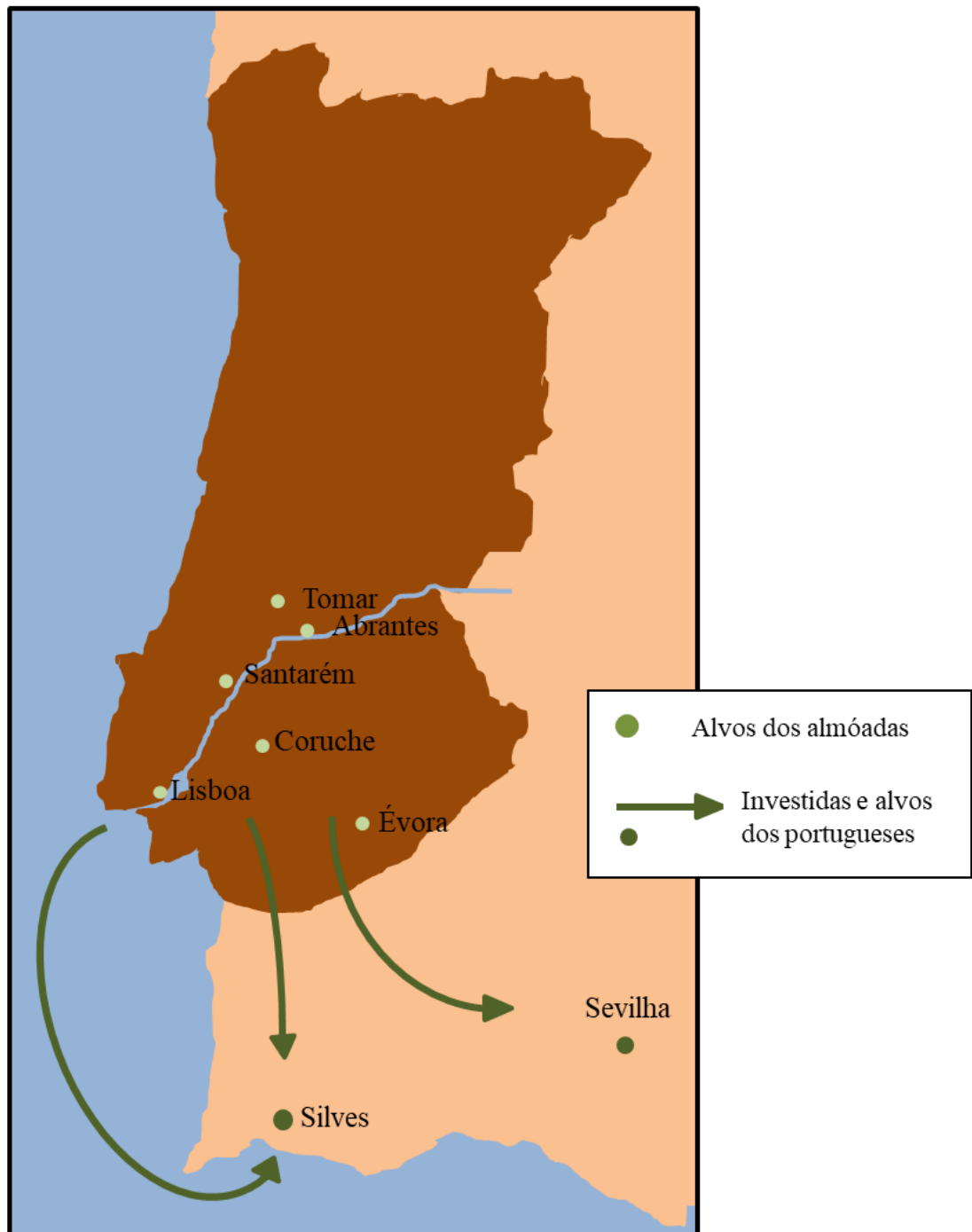
Mas em 1178 as tréguas chegaram ao fim. E apesar de esse mesmo ano ter sido marcado pelo espectacular fossado conduzido pelo infante D. Sancho contra a região de Sevilha², eram cada vez mais os sinais que anunciavam a preparação de uma grande campanha almóada contra território português. Com uma agressividade e um arrojo crescentes, as incursões sucedem-se umas atrás das outras: Abrantes é atacada em Outubro de 1179; ainda nesse ano, ou já no seguinte, Lisboa e a costa a norte da cidade são alvos da frota almóada; Évora e Coruche são fustigadas em Maio-Junho de 1181; e em Junho de 1184, tem lugar o cerco a Santarém, durante o qual o califa foi atingido mortalmente por um virotão, no momento em que as suas forças davam início à retirada. Mas o desfecho deste cerco não significou o fim da ameaça, tal como não afastou a eventualidade de uma nova grande campanha almóada, a qual foi anunciada logo em 1189, quando um exército proveniente de Badajoz e comandado pelo castelhano Pedro Fernandes de Castro, então ao serviço do califa, atacou a região entre Tomar e Abrantes³. Mesmo no mar, onde D. Fuas Roupinho, tinha conseguido importantes vitórias em 1179 e 1180, os acontecimentos não corriam de feição aos portugueses, com a perda de uma vintena de galés – a “armada de Lisboa”, como lhe chama Ibn Idari –

¹ Martins, 2020, p. 95. Recorde-se que foi na sequência desta trégua que Geraldo e os seus companheiros, cujos serviços não interessavam, por ora, a Afonso Henriques, foram oferecer os seus serviços ao califa, que os aceitou de bom grado. É importante sublinhar que a submissão das últimas taifas, em 1172, permitiu ao califa, logo em 1174 – numa altura em que vigoravam tréguas entre almóadas, portugueses e castelhanos – lançar uma violenta incursão contra território leonês, onde a praça-forte de Ciudad Rodrigo foi sujeita a um duro cerco. Apesar de não conseguir conquistar essa fortaleza, a campanha de 1174 veio a revelar-se um sucesso, porquanto permitiu a Abu Yaqub Yusuf recuperar os territórios conquistados por Fernando II entre o Tejo e o Guadiana na década anterior, designadamente as cidades de Cáceres e de Alcantara, repondo a fronteira leonesa no mesmo local onde se encontrava no reinado de Afonso VII (García Fitz, 2008, pp.116-117).

² Martins, 2011, pp. 103-104. A maior parte dos autores considera que o Fossado de Triana foi lançado imediatamente no final das tréguas. Porém, num estudo recente dedicado a este episódio, Inês Lourinho sustenta que, apesar de estar quase a expirar, a trégua foi realmente quebrada por Sancho, que empreendeu o ataque em Junho ou Julho de 1178. Com efeito, se o acordo entre Afonso Henriques e Abu Yaqub Yussuf, ainda que negociado entre Julho e Agosto de 1173, entrou em vigor apenas em Setembro de 1173, então os cinco anos de duração da trégua deveriam expirar apenas em Setembro de 1178, o que explica que cronistas como Ibn Idari e Ibn Kaldun sublinhem o facto de ter sido o infante a quebrar as pazes (Lourinho, 2021, p. 63).

³ Barroca, 2003, pp. 50-51; Branco, 2005, p. 122; e Martins, 2019, pp. 58-59.

numa batalha naval travada em 1181 ou 1182 ao largo do Algarve e na qual o célebre comandante perdeu a vida⁴.



1 - A fronteira entre 1179 e 1189

⁴ Ibn Idari, 1953, p. 40.

Foi pois em plena contracorrente, ou seja, quando a iniciativa estava inequivocamente do lado muçulmano que, no dia 1 de Setembro de 1189, uma coligação de forças portuguesas e efectivos cruzados conquistou, ao fim de mês e meio de cerco, o bastião de Silves, cidade cuja queda arrastou consigo um conjunto de outras fortificações do Barlavento algarvio que, dela dependentes, acabaram por se entregar ao rei português e seus aliados: Paderne, Albufeira, Messines, Porches, Carvoeiro, Alferce, Alvor, Monchique, *Benefacim*, Lagos e talvez Sagres⁵. Contudo, não devemos ver a conquista da cidade do Arade como parte de um plano coerente de expansão territorial, mas sim como uma acção isolada e desencadeada apenas pela circunstância de uma frota oriunda do norte da Europa – integrada na Terceira Cruzada e composta por combatentes flamengos e alemães, mas também por alguns ingleses e anglo-normandos⁶ –, ter aportado em Lisboa a caminho do Mediterrâneo oriental. E o mais provável é que tenham até sido os líderes dos cruzados – empolgados pelas notícias que davam conta do sucesso obtido, dois meses antes, em Maio, por um grupo de 55 navios alemães, dinamarqueses e flamengos em Alvor, vila que foi conquistada sem grande dificuldade, saqueada e cujos habitantes foram passados a fio de espada – a arrastar Sancho I para esse empreendimento⁷. O monarca terá encarado a proposta com particular entusiasmo, porquanto a conquista de um grande centro urbano como Silves lhe permitiria, à imagem do seu pai, afirmar-se como um rei-guerreiro capaz de prosseguir o processo de alargamento territorial por ele iniciado, mas também porque a tomada de uma cidade rica e populosa, como era o caso, poderia assegurar um avultado saque que contentasse e apaziguasse os sectores da nobreza do reino com os quais o monarca estava em rota de

⁵ Henriques, 2003, pp. 6 e 43. O castelo de “Benefacim” – talvez se trate do castelo de Estômbar, ou *Abenabici* (Henriques, 2003, p. 44) –, foi entregue por Sancho I, em Fevereiro de 1191, ao mosteiro de Alcobaça que deveria, supomos, nomear os respectivos alcaides. Quanto ao castelo de Monchique, foi entregue ao bispo de Silves, enquanto o de Alvor foi doado, em Dezembro de 1189, ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Quer o bispo, quer o mosteiro deveriam nomear os alcaides respectivos (J. Marques, 1992, p. 89). Quanto a Silves, não há segurança sobre a figura a quem coube o cargo de governador da cidade. Assim, enquanto alguns autores, como Maria João Branco, se inclinam para o mordomo régio Mem Gonçalves de Sousa, ainda que durante pouco tempo (Branco, 2005, p. 131), outros sugerem que o cargo foi entregue ao meio-irmão do rei, Pedro Afonso, que desempenhava a dignidade de alferes régio. Fosse como fosse, poucos meses depois, o primeiro alcaide de Silves seria substituído por Rodrigo Sanches, que se manteve em funções até Maio/Junho de 1191, altura em que a cidade foi reconquistada por *al-Mansur* (Henriques, 2003, pp. 45 e 49).

⁶ Villegas Aristizabal, 2009, pp. 159; e Bennett, 2021, pp. 58, 221-223, 225-227, 229, 231, 243-244, 247, 323, 338.

⁷ Martins, 2020, p. 97. Depois de aportar em Lisboa, a frota terá seguido viagem acompanhada por algumas embarcações de Lisboa que a deveriam escoltar até à entrada do Estreito de Gibraltar. Sobre a forma como decorreu o ataque a Alvor, nada se sabe para além de terão sido chacinadas, segundo o *De Itenere Navali*, 5600 pessoas, “não perdoando sexo nem idade”. Foram as embarcações portuguesas que escoltaram os cruzados, que trouxeram a notícia para Lisboa (*Relação da Derrota Naval...*, pp. 10-11).

colisão desde 1186⁸. E apesar de o empreendimento se ter revelado um êxito, todos sabiam – e Sancho também não o ignorava quando aceitou o repto dos cruzados – que seria impossível manter a praça-forte em mãos cristãs durante muito tempo, não só devido ao seu isolamento relativamente às principais bases de operações portuguesas, mas também em virtude da crescente agressividade almóada⁹. Aliás, o facto de quase nenhum dos estrangeiros que participou no cerco ter aceitado instalar-se na cidade recém-conquistada é sintomático das baixas expectativas relativamente à sua conservação¹⁰.

E *al-Mansur*, que em 1184 sucedera ao seu pai, Abu Yaquub Yussuf – que, como vimos, morrera durante o cerco a Santarém –, também tinha a perfeita consciência de que seria apenas uma questão de tempo até que Silves voltasse à sua posse. Ainda assim, a notícia da perda da *Xelb* muçulmana deve ter caído – passo o anacronismo – como uma autêntica bomba na corte almóada. De tal forma que é comum afirmar-se, como Huici Miranda, entre outros, que a ofensiva de 1190 constituiu uma vingança pelo desaire de 1189¹¹. Esta é uma ideia veiculada, por exemplo, por Ibn Khaldun¹² e por al-Himyari, autor que assegura que “a notícia da rendição de Silves irritou-o [ao califa] profundamente e lhe provocou uma grande humilhação”; e por isso “pôs em pé de guerra as suas tropas regulares e reuniu todos os contingentes mobilizáveis”¹³. Na verdade, o facto de a campanha de 1190 ter começado a ser preparada ainda em finais do ano anterior, ou seja, pouco depois da queda de Silves, parece corroborar a ideia de ter sido pensada com uma autêntica desforra. Contudo, importa não esquecer que as campanhas de submissão das Baleares – o último reduto dos almorávidas – ocuparam o califa praticamente desde 1184 e até finais de 1188, altura em que regressou a Marraquexe, pelo que só depois desta data se achou em condições para retomar as

⁸ Não se conhecem os motivos deste afastamento entre o rei e importantes sectores da nobreza, afastamento esse expresso no abandono da corte por parte de figuras até aí de primeiro plano. O primeiro sinal surge em 1179 e é dado pelo exílio, em Leão, na corte de Fernando II, do mestre de Santiago, Pedro Fernandes. Em 1186 é o mordomo-mor do rei, Vasco Fernandes de Soverosa que abandona a corte, refugiando-se em Leão, tal como os membros da poderosa linhagem dos Braganções que deixam de ocupar cargos na corte de Sancho I, substituído por Mem Gonçalves de Sousa (Branco, 2005, pp. 113-117).

⁹ Martins, 2020, p. 97.

¹⁰ Villegas Aristizabal, 2009, pp. 162-163. Um dos poucos que o fizeram foi um clérigo flamengo, de nome Nicolau, escolhido pelo rei para a função de bispo da nova diocese, onde permaneceu acompanhado por alguns cruzados (DIN, p. 42).

¹¹ Cit. por Huici Miranda, 1954, p. 60.

¹² Coelho, 1989, p. 319.

¹³ Al-Himyari, 1963, p. 220.

acções ofensivas em território peninsular¹⁴. Além disso, tudo leva a crer que quando cruzou o Estreito de Gibraltar, *al-Mansur* não tinha ainda estabelecido os seus objectivos estratégicos, o que significava que o seu alvo poderia ser qualquer um dos reinos cristãos ibéricos.

No dia 23 de Janeiro de 1190 o Príncipe dos Crentes – *Amir al-Muslimin*, de onde vem a corruptela *Miramolim*, expressão usada nas fontes cristãs para designar os califas almóadas – saiu de Marraquexe, depois de enviar novas ordens de mobilização e instruções para que, em Sevilha, a “capital” almóada do al-Andalus, se iniciassem os preparativos para uma grande campanha militar. Seguiu então em direcção a Rabat, cidade onde permaneceu durante aproximadamente 40 dias a aguardar pela chegada dos efectivos convocados no Norte de África e, já nos finais de Março, partiu então para Qasr Masmuda (Alcácer Ceguer). Daí expediu novas cartas para o governador de Sevilha, Abu Hafs, com instruções para que acelerasse os preparativos. E foi também a partir daquela praça-forte norte-africana que, no dia 22 ou 23 de Abril, teve início a transferência de tropas para a Península Ibérica. O processo terá sido relativamente demorado, muito provavelmente devido ao grande número de efectivos, equipamento, armas e cavalos envolvidos, motivo pelo qual se arrastou ao longo de mais de uma semana, até depois do dia 30 desse mês, data em que *al-Mansur* cruzou o Estreito de Gibraltar em direcção a Tarifa, onde aguardou pela chegada dos últimos contingentes norte-africanos¹⁵.

Certamente que estas notícias causaram alguma inquietação na corte de Sancho I, mas bem vistas as coisas, nessa altura ninguém podia afirmar com segurança quais os propósitos do califa. Porém, rapidamente as dúvidas deram lugar às certezas. De facto, já em Córdoba, *al-Mansur* recebeu e aceitou duas propostas de paz. A primeira, de Afonso VIII de Castela (1158-1214), que receava que o seu reino fosse assolado, como em 1168, e a segunda, de Afonso IX de Leão (1188-1230) que, perante a antecipação do seu primo – eram ambos netos de Afonso VII – e rival e temendo uma aliança entre este e os norte-africanos, se apressou a solicitar a renovação das tréguas celebradas em 1178

¹⁴ A derrota dos almóadas em Santarém, levou a que esse momento de fraqueza fosse aproveitado pelos almorávidas das Baleares para se aliarem a algumas das tribos árabes que, sistematicamente assolavam a Ifríquia, um cenário que obrigou o califa a empregar todos os meios disponíveis para submeter não só as tribos rebeldes norte-africanas, como ao almorávidas das Baleares (Huici Miranda, 1954, pp. 56-57).

¹⁵ Ibn Idari, 1953, pp. 155-156; e Huici Miranda, 1954, p. 61.

com o califa¹⁶. Deste modo, em escassos dias Portugal ficou completamente isolado e, por conseguinte, convertido no único alvo possível da inevitável ofensiva almóada¹⁷. Ultrapassado pelos acontecimentos, Sancho I não tinha, pois, como evitar *al-Mansur* e, sem escolha, como sublinha Maria João Branco, via-se obrigado a defrontá-lo¹⁸. Mal houve tempo para celebrar a confirmação, datada de Maio desse mesmo ano e assinada pelo papa Clemente III, da bula *Manifestis Probatum est*.

Ao contrário do que afirma o cronista Ibn Idari – que avança com a data de 6 de Junho, provavelmente baseado em Ibn Khaldun, que a dada altura baralha as campanhas de 1190 e de 1191¹⁹ –, *al-Mansur* partiu de Tarifa no dia 8 de Maio, conforme regista al-Himyari²⁰. Mas antes disso, despachou novas instruções para o seu primo Abu Hafs, ordenando-lhe que organizasse um exército composto por forças locais, granadinas, berberes e ainda por voluntários com o qual, devidamente apoiado pela frota almóada – que transportava não só tropas, como engenhos de cerco – deveria cair sobre a cidade de Silves²¹.

Chegado a Córdoba, onde recebeu as propostas de pazes trazidas pelos embaixadores dos reis de Leão e de Castela, o califa optou por dividir o total das forças disponíveis em duas colunas, uma decisão que visava, por um lado, duplicar o rasto de destruição em território inimigo e, por outro, assegurar que, tanto uma quanto a outra, conseguiriam garantir, ao longo do trajecto, os víveres necessários para os efectivos que as compunham, o que nem sempre era uma tarefa fácil. Assim, deu instruções a Abu Zakaryia, *wali* dessa cidade, para que ao comando de forças andaluzas, árabes, dos berberes Zánata e das tribos da região de Tremecen se deslocasse para Sevilha, com a missão de mobilizar mais contingentes, reunir mantimentos e, logo que possível, avançar para oeste, na direcção de Évora. E assim que se aproximaram desta cidade – em mãos portuguesas desde 1165²² –, os almóadas procederam de forma sistemática à

¹⁶ Estas tréguas firmadas em 1178 são uma consequência da devastadora campanha almóada de 1174, que permitiu a recuperação dos territórios conquistados pelos leoneses entre o Tejo e o Guadiana.

¹⁷ García Fitz, 2008, pp. 119-120.

¹⁸ Branco, 2005, p. 141.

¹⁹ Borges Coelho, 1986, p. 320.

²⁰ Al-Himyari, 1963, p. 220.

²¹ Ibn Idari, 1953, pp. 156-157, n. 2.

²² As fontes não adiantam qualquer informação que permita reconstituir a forma como Évora foi conquistada pelas forças de Geraldo *Sem-Pavor*. Parece, no entanto, que tal foi conseguido através de uma operação furtiva lançada durante a noite – como sublinham os *Annales D. Alfonsi* –, de modo a apanhar desprevenida a guarnição inimiga que, em poucas horas, terá sido completamente dominada (*Annales D. Alfonsi*..., 1966, p. 158). Porém, em lugar de reservar para si – como fizera, por exemplo,

pilhagem de todos os mantimentos que encontraram e à destruição aquilo que não podiam ou não queriam transportar. Obedecendo a um plano previamente definido pelas estratégias almóadas, a hoste de Abu Zakaryia obliquou então para norte ao encontro da coluna comandada pelo califa, que entretanto partira de Córdova e que integrava, sobretudo, as tropas que tinham sido mobilizadas no Norte de África.

Sabendo-se, desde o momento em que *al-Mansur* assinara tréguas com Leão e Castela, que o alvo da ofensiva seria o território português, o trajecto das duas colunas almóadas vinha confirmar essa ideia. Contudo, Sancho I nada podia fazer, pois não havia ainda qualquer certeza a respeito do principal objectivo estratégico das forças inimigas. Segundo o *al-Bayan*, o califa pretendia cair sobre a cidade de Coimbra²³, um cenário que chegou mesmo a ser equacionado na própria cidade do Mondego, onde foram iniciados os preparativos para a eventualidade de um cerco. E entre as medidas então tomadas merece destaque, pelo seu simbolismo, a transferência para um lugar seguro, no interior da cerca urbana da cidade, dos sarcófagos de Afonso Henriques e da rainha D. Mafalda, que se encontravam no Mosteiro de Santa Cruz, erguido no exterior desse perímetro amuralhado²⁴. E a avaliar pelo trajecto da hoste almóada, que depois de cruzar o Tejo seguiu directamente para norte, o alvo escolhido pode realmente ter sido Coimbra. E tratando-se de um local de passagem obrigatória no eixo que ligava essa cidade aos vaus do Tejo, Tomar constituía um obstáculo impossível de contornar e que não convinha deixar intacto na retaguarda da coluna de marcha. É isso que, na nossa perspectiva, explica o cerco a que foi sujeita. Assim sendo, o ataque à sede da Ordem do Templo pode sugerir que, a partir daí, o califa pretendia, como defende Huici Miranda²⁵, avançar pela “Estrada Mourisca”, através da região de Ladeia, e investir sobre Coimbra²⁶. Mas por muito tentadora que se afigure esta hipótese, parece-nos

com Trujillo – o domínio directo da praça-forte recém-conquistada, o caudilho decidiu entregá-lo a Afonso Henriques que, em retribuição, parece tê-lo nomeado para o cargo de alcaide-mor da cidade, uma nomeação a que tanto os *Anais de Santa Cruz de Coimbra* como o *Al-Bayan*, de *Ibn Idari* aludem, ainda que de forma não muito clara (Pimenta, 1982, 1982, p. 11; e *Ibn Idari*, 1963, pp. 402-403). Foi, portanto, o rei que, em Abril de 1166, atribuiu – seguindo o modelo de Ávila – foral a Évora, um diploma que estabelece, pela primeira vez em território português, a obrigatoriedade de participação de dois terços dos cavaleiros nos fossados, o que não deixa qualquer dúvida acerca do tipo de missões de natureza eminentemente ofensiva que o rei pretendia atribuir às forças concelhias eborenses (*Portugalia Monumenta Histórica: Leges et Consuetudines* (I), p. 392, de 1166, Abril, 28).

²³ *Ibn Idari*, 1953, pp. 160 e 162.

²⁴ Rui de Azevedo, 1934, pp. 35-36. José Mattoso sugere a hipótese de a redacção dos *Annalles Domni Alfonsi*, que estariam a ser redigidos por esta altura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, ter sido abruptamente interrompida – o texto cessa durante o relato do cerco a Santarém em 1184 – devido ao clima de terror vivido na cidade aquando da ofensiva de 1190 (Mattoso, 1992, pp. 31-32).

²⁵ Huici Miranda, 1954, p. 62.

²⁶ Afonso, 2021, p. 145.

pouco provável que o alvo principal fosse a cidade do Mondego, pois seria demasiado arriscado internar-se tão profundamente em território hostil para cair sobre um alvo que, decerto, iria oferecer dura resistência. Mas Huici Miranda defende também que, apesar de o califa se dirigir para norte, o grande objectivo da campanha era reconquistar Silves, uma missão atribuída a Abu Hafis. Esta é uma hipótese defendida igualmente por António Castro Henriques, segundo o qual, a pressão exercida pela hoste de *al-Mansur* na região do Médio Tejo se destinava apenas a conter as forças de Sancho I, impedindo-as de progredir para sul e de socorrer a cidade do Arade²⁷, uma ideia aceite, também, por Maria João Branco²⁸. Ainda assim, pensamos que se o objectivo principal da campanha fosse realmente a reconquista de Silves, teria sido o califa, e não o seu primo, a comandar o cerco a esta praça-forte. Por seu lado, num estudo recente, Carlos Filipe Afonso rejeita todas estas hipóteses e sugere, em alternativa, a possibilidade de o califa pretender apenas consolidar posições na região do Médio Tejo, uma área de grande importância estratégica e não propriamente lançar uma incursão em profundidade²⁹. Ou seja, de acordo com este autor, o alvo seria mesmo o ferrolho de Tomar que, futuramente, podia ser usado como uma futura base de operações. Mas não deixa de ser possível, como propõe Alexandre Herculano, baseado no depoimento do cronista inglês Roger de Howden³⁰, que o alvo das forças de *al-Mansur* fosse a vila de Santarém, uma hipótese que se compagina perfeitamente com o ataque a Tomar, pois o controlo – ainda que temporário – da sede dos Templários permitir-lhe-ia não só proteger a sua retaguarda, como dominar uma posição forte junto dos vaus do Tejo e, dessa forma, garantir uma rota segura de retirada. Esta é, à luz dos dados disponíveis, a hipótese que nos parece fazer mais sentido.

Independentemente dos seus objectivos estratégicos, a hoste encabeçada por *al-Mansur* alcançou rapidamente a linha do Tejo, onde se juntou à coluna liderada por Abu Zakaryia, que tinha acabado de assolar a região em torno de Évora e de Coruche³¹.

²⁷ Henriques, 2003, p. 45.

²⁸ Branco, 2005, p. 141.

²⁹ Afonso, 2021, p. 394, n. 2281.

³⁰ Herculano, 1980, (II), p. 76,

³¹ *Crónica de Portugal de 1419*, Cap. 53, p. 99; Barroca, 2003, pp. 50-51; e Henriques, 2003, p. 45. A aproximadamente meio-caminho entre Santarém, conquistada em 1147, e Évora, submetida em 1165, Coruche tinha um papel central no controlo da via que ligava aquelas duas praças-fortes, garantindo, desse modo, a protecção a Évora, a mais meridional das fortificações controlada pelos portugueses. Não admira que em 1181. Ambas as fortalezas tenham sido alvo de um ataque comandado pelo general almóada Ibn Wanudín e levado a cabo por forças oriundas de Sevilha. Évora, a primeira a sofrer o embate, resistiu a um curto cerco iniciado no dia 25 de Maio. Sem conseguirem ultrapassar o perímetro

Reunidas, estas forças cruzaram então o rio, ao que parece, no dia 24 de Junho³². Fizeram-no entre Santarém e Torres Novas, talvez no vau da Barca, no de Carrão ou no das Mulheres, como sugere Huici Miranda, saqueando os campos de cereais da região³³ à medida que progrediam para norte, em direcção ao seu primeiro alvo: Torres Novas³⁴. Desconhece-se se, para além de um castelo, a povoação se encontrava, ou não, dotada de um perímetro de defesa. Facto é que os que aí residiam se viram forçados a procurar refúgio no castelo, onde foram sujeitos a um duro cerco. Mas a resistência durou apenas dez dias – entre a última semana de Junho e os primeiros dias de Julho –, findos os quais os sitiados acabaram por negociar a sua rendição, segundo Ibn Idari, com a anuência de Sancho I – com quem teriam sido trocadas algumas mensagens³⁵ –, garantindo, desse modo, que as suas vidas seriam poupadas³⁶.



2 - Castelo de Torres Novas

(Foto de Celso Pinto de Carvalho, Wikimedia Commons:

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Castelo_de_Torres_Novas#/media/File:Castelo_Torres_Novas.jpg)

amuralhado eborense, as forças de Ibn Wanudin avançaram então para norte, em direcção a Coruche. Desta feita, a sorte das armas sorriu aos almóadas, que conseguiram conquistar a fortaleza, onde, segundo Ibn Idari, mataram muita gente e de onde levaram um grande número de cativos, sobretudo mulheres (Ibn Idari, 1953, pp. 39-40). Perspectiva diferente é a de Mário Barroca, que considera que os ataques a Évora e a Coruche tiveram lugar em alturas distintas: Coruche em 1180 e Évora em 1181 (Barroca, 2003, pp. 48-49).

³² Roger de Howden, pub. por Villegas Aristizábal, 2009, p. 169.

³³ Ibn Idari, 1953, pp. 160-161, n. 2.

³⁴ Lévi-Provençal, 1941, p. 65.

³⁵ Ibn Idari, 1953, pp. 161-162.

³⁶ *Crónica de Portugal de 1419*, Cap. 53, p. 99.

Ainda que nenhuma outra fonte aluda a esta troca de missivas – nem o próprio *al-Mansur* –, não vemos motivos para rejeitar essa ideia, sobretudo se nos recordarmos que o rei se encontrava a apenas uns 40 km de distância, em Santarém³⁷. A presença do monarca nesta vila ribatejana obedeceu a vários propósitos: acompanhar mais de perto o rumo dos acontecimentos; coordenar – como fizera em 1184³⁸ – a resistência perante a eventualidade de um cerco – uma hipótese que não estava afastada, como se deduz do facto de o monarca ter mandado reforçar as estruturas de defesas escalabitanas³⁹ –; mas também porque daí poderia facilmente ocorrer a Coimbra, percorrendo a velha estrada do litoral, caso o inimigo se dirigisse contra essa cidade pelo interior, através da região de Ladeia.

Independentemente de uma eventual intervenção de Sancho I na capitulação de Torres Novas, parecem não restar dúvidas de que o califa cumpriu a promessa de poupar as vidas dos sitiados que, ainda assim foram expulsos do castelo que, de imediato, foi pilhado. A carta de *al-Mansur* datada de Julho de 1190 dá precisamente conta, embora em tons algo exagerados, da grande quantidade de cavalos, armas e outros bens que dali foram levados, acrescentando ainda que, antes de partir, os atacantes procederam ao derrube da fortaleza. E como a hoste almóada não inflectiu para sudoeste, na direcção de Santarém, mas sim para norte, rapidamente se percebeu que alvo seguinte seria o bastião de Tomar, descrito pelo próprio *al-Mansur* como era

³⁷ Lévi-Provençal, 1941, p. 65.

³⁸ A campanha almóada de 1184 teve como primeiro alvo a praça-forte de Santarém, a partir de onde o califa pretendia cair sobre Lisboa. Acompanhado por um grande número de tropas mobilizadas no norte de África, o califa Abu Yaqub Yussuf cruzou o Estreito de Gibraltar em meados de Maio. Partindo de Sevilha no dia 8 de Junho, a hoste fez um alto mais demorado em Badajoz, para onde confluíu um grande número de efectivos provenientes de diversas regiões do *Gharb*. E foi dessa cidade que o exército do califa – muito numeroso, mas decerto muito longe dos 78.000 aventados pelos *Annales Domni Alfonsi* – partiu em direcção a Santarém, onde a vanguarda chegou no dia 27 de Junho. Dois dias depois, já com todas as suas forças reunidas, os almóadas avançam sobre a vila, conquistando e destruindo os seus arrabaldes, certamente que previamente abandonados pelos seus habitantes. Liderada pelo infante D. Sancho, a resistência foi tenaz e, a dado momento, os sitiados terão conseguido mesmo recuperar parte do arrabalde, onde rapidamente terá sido erguida uma paliçada. Contudo, no dia 2 de Julho, ao que parece na sequência de uma sortida lançada pelas forças portuguesas, que conseguiu bater os contingentes provenientes de Múrcia e chegar muito perto da tenda do califa, este deu ordens para reposicionar o arraial, já que este se encontrava muito próximo das portas da vila. Numa altura em que corriam já informações da aproximação de um exército de socorro, integrado por forças leonesas encabeçadas pelo próprio Fernando II, aquelas movimentações foram mal interpretadas por alguns contingentes muçulmanos, que pensaram tratar-se de uma retirada. Acto contínuo, toda a hoste sitiadora se põe em debandada. No meio da confusão, o califa é atingido por um virotão e acaba por morrer durante o trajecto de regresso a Sevilha (Mattoso, 2006, pp. 266-269; e Branco, 2003, pp. 93-99).

³⁹ Roger de Howden, pub. por Villegas Aristizábal, 2009, p. 169.

uma vila bem defendida, situada em território fértil e onde abundavam vinhas e árvores de fruto⁴⁰.



3 - Trajecto das forças almóadas em 1190

Por esta altura continuavam a chegar à foz do Tejo vários grupos de navios que, provenientes do porto britânico de Dartmouth, se dirigiam para a Síria-Palestina integrados na Terceira Cruzada, um empreendimento promovido por Ricardo Coração de Leão, por Filipe II de França e pelo imperador Frederico I *Barbarrossa*. E enquanto o rei inglês viria a embarcar em Marselha, no sul de França, apenas no início do inverno de 1190-1191, o grosso da armada inglesa fez-se ao mar alguns meses antes, efectuando um trajecto que, como era habitual, obrigava a uma escala em Lisboa, o último porto da Cristandade antes da entrada no Mediterrâneo. Os primeiros desses navios chegaram à Barra do Tejo na Primavera de 1190, seguidos, nas semanas subsequentes, por outros

⁴⁰ Lévi-Provençal, 1941, p. 65.

que, à medida que se reabasteciam de mantimentos e de água potável, seguiam viagem para sul ao longo do litoral alentejano e algarvio⁴¹. Uma das embarcações vindas de Lisboa aportou na foz do Arade numa altura em que a cidade de Silves – controlada pelos portugueses desde Setembro de 1189 – havia já notícias seguras a respeito da aproximação da hoste de Abu Hafs. Ao corrente da chegada desses cruzados – cerca de 80, entre os quais William Fitz-Osbert e um certo Geoffrey Goldsmith⁴² –, o alcaide Rodrigo Sanches conseguiu, mediante promessas de pagamento, persuadi-los a integrar a defesa da praça-forte, na iminência de ser cercada. De acordo com o cronista Roger de Howden, os ingleses foram igualmente convencidos a desmontar a embarcação em que se faziam transportar, de modo a que a madeira fosse aproveitada para melhorar a defesa das torres e muralhas da cidade, provavelmente para a construção de hurdícios⁴³.

Mas regressemos a Lisboa, onde, entre os últimos dias de Junho e os primeiros de Julho de 1190, aportou um outro grupo de cruzados ingleses que viajava a bordo de nove embarcações⁴⁴. Informado da sua chegada, Sancho I enviou-lhes um pedido de auxílio, instando-os a que se lhe juntassem na defesa de Santarém, pois apesar de a hoste inimiga estar já às portas de Tomar, o cenário de aquela vila poder vir a ser um dos alvos do exército do califa não estava ainda afastado. Foram 500 os homens que acederam ao apelo do monarca e que, chegados ao destino por via fluvial, usaram os seus navios para reforçar a defesa das zonas mais próximas do rio⁴⁵.

E antes de nos debruçarmos sobre o cerco propriamente dito, proponho que recuemos até Fevereiro de 1159. Foi nesse mês que Afonso Henriques cedeu à Ordem do Templo o vasto território de Ceras, que se estendia desde a zona a sul de Pombal até à margem direita do rio Tejo, uma doação que tinha o propósito de confiar aos Templários a defesa dessa região e, ao mesmo tempo de os envolver de forma mais empenhada e activa no avanço da fronteira em direcção ao Sul⁴⁶. E foi precisamente nos

⁴¹ Recorde-se que os primeiros navios que, integrados na Terceira Cruzada, aportaram em Lisboa foram os que em Maio de 1189 atacaram Alvor e, de seguida, os que participaram no cerco a Silves.

⁴² Bennett, 2021, p. 131.

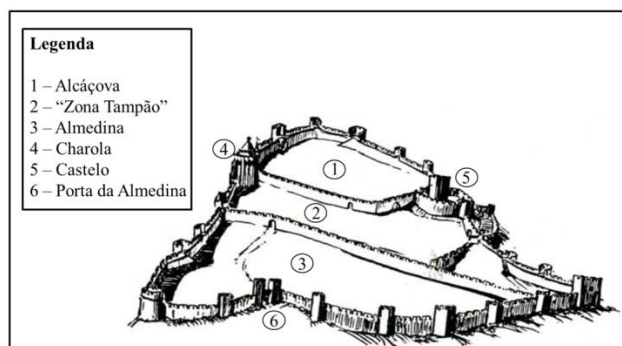
⁴³ Villegas Aristizabal, 2009, pp. 162-163; e Roger de Howden, pub. por Villegas Aristizabal, 2009 pp. 168-169.

⁴⁴ Gillingham, 2012, p. 215; e Roger de Howden, pub. por Villegas Aristizabal, 2009, p. 169.

⁴⁵ Roger de Howden, pub. por Villegas Aristizabal, 2009 p. 169.

⁴⁶ Martins / Silva, 2019, p. 76. O castelo de Ceras, situado a sul de Pombal, encontrava-se muito destruído, pelo que é muito provável, como propõe Mário Barroca, que o Mestre do Templo ainda tenha pensado no seu restauro, porém, rapidamente desistiu da ideia em benefício da edificação, de raiz, do castelo de Tomar, projecto que absorveu, entre 1160 e 1170, todos os seus esforços e para onde a ordem transfere a sede conventual (Barroca, 1997, pp. 178-179). Sublinhe-se que os Templários não se

limites meridionais desse amplo território – reforçado em 1169 com a entrega dos castelos de Zêzere e da Cardiga⁴⁷ –, na margem direita do Nabão, que entre 1 de Março de 1160 e 1170⁴⁸ foi erguido o sistema defensivo de Tomar, uma obra que, embora edificada de raiz, integrou, como demonstrou Carlos Batata, algumas estruturas de época islâmica⁴⁹. Este projecto de grande envergadura, cuja posse foi confirmada à ordem, por Afonso Henriques em Outubro de 1169⁵⁰, ou seja, já muito perto da sua conclusão, consistia numa vasta cintura amuralhada dividida em dois sectores: uma zona alta, a alcáçova, onde se inseria o castelo e as estruturas conventuais da ordem – que aí instalou a sua sede –, e uma zona baixa, a almedina, onde cresceu o povoado tomarense e a cujos moradores o mestre Gualdim Pais atribuiu carta de foral, primeiro em 1162 e, com um novo conjunto de privilégios, em 1174⁵¹. Entre aqueles dois sectores (alcáçova e almedina) foi também criada uma autêntica zona-tampão – só mais tarde urbanizada – e que se supõe destinada, em caso de ataque, a alojar eventuais refugiados oriundos da região circundante.



4 - Perspectiva do complexo defensivo de Tomar em finais do século XII (reconstituição)

(José Inácio da Costa Rosa, “Nascimento e Evolução Urbana de Tomar até ao Infante D. Henrique”, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº 2).

mostraram nunca particularmente disponíveis para efectuar, de forma autónoma, incursões em territórios a sul das suas zonas de implantação; nem mesmo quando, em 1169, Afonso Henriques os aliciou com um terço de tudo quanto viessem a conquistar a sul do Tejo (*Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios* (I), doc. 295, pp. 384-385, de 1169, Setembro).

⁴⁷ *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, doc. 297, pp. 388-389, de 1169, Outubro.

⁴⁸ Barroca, 2000 (II/1), pp. 271-276.

⁴⁹ Batata, 2020, pp. 75-84.

⁵⁰ *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, doc. 297, pp. 388-389, de 1169, Outubro.

⁵¹ *Portugaliae Monumenta Histórica: Leges et Consuetudines* (I), pp. 388-389, de 1162; e 399-401, de 1174. Inspirado no foral de Coimbra de 1111, o foral de Tomar de 1162 foi complementado com uma segunda carta, datada de 1174, onde se referem, sobretudo, questões de natureza judicial, o que, de acordo com Sílvio Conde, se deveu ao facto de entre as duas datas a vila ter recebido um grande número de povoadores vindos do Norte, “gente sem meios, fugida às exacções senhoriais e atraída pela miragem da riqueza mourisca. Gente desenraizada e conflituosa, que era preciso disciplinar” (Conde, 1996, pp. 41-42).

A muralha que protegia este sistema defensivo encontrava-se reforçada em todo o seu perímetro por um grande número de torreões e ainda por um extenso alambor, uma estrutura em forma de rampa que em alguns sectores atinge mais de dez metros de altura e que tinha o propósito de estabilizar e reforçar as estruturas a que servia de suporte, provocar o ressalto dos projecteis, reduzir o número de ângulos mortos e manter à distância as escadas e torres de assalto inimigas⁵².



5 - Alambor e torreões da muralha de Tomar

(Foto de [Sergei Gussev](#), Wikimedia Commons:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tomar,_Castelo_\(16\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tomar,_Castelo_(16).jpg))

No topo nordeste da alcáçova, situa-se o castelo. De planta aproximadamente triangular, apresenta no seu interior um pátio de armas de dimensões modestas, como é habitual nos castelos deste período. No interior do espaço definido pelas suas muralhas,

⁵² Martins / Silva, 2019, p. 81; e Barroca, 2017, p. 149.

não numa posição central, mas próxima do lanço noroeste, ergue-se a torre de menagem. Actualmente com aproximadamente 20m de altura, mas que seria originalmente mais baixa, foi a primeira estrutura deste tipo a ser erguida em Portugal⁵³. Os muros do castelo estavam ainda reforçados por duas torres de base quadrangular e outras duas de planta poligonal, graças às quais era possível fazer tiro flanqueante sobre toda a base das muralhas⁵⁴. Com estas características, não admira que Mário Barroca afirme que “quando foi concluído, o sistema defensivo de Tomar era o que de melhor até então se tinha erguido em Portugal”⁵⁵. E, por isso, também não será estranho que a maior parte dos estudiosos atribua a esta autêntica obra-prima da arquitectura militar um papel decisivo na forma como rechaçou os sitiadores de 1190.



6 - *Castelo de Tomar* (Foto de Alvesgaspar, Wikimedia Commons: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tomar_December_2008-17.jpg)

A avaliar pelo testemunho das fontes, as forças de *al-Mansur* integravam os chamados “almóadas de primeira hora”, ou seja, as tribos berberes que, desde cedo, aceitaram a autoridade de Ibn-Tumart, o ideólogo do movimento⁵⁶. O exército sitiador

⁵³ Barroca, 1997, p. 193.

⁵⁴ Martins / Silva, 2019, p. 82.

⁵⁵ Barroca, 1997, p. 197.

⁵⁶ Os almóadas são uma confederação político-religiosa de tribos berberes e que, sob a liderança, primeiro de Ibn Tumart, o ideólogo do movimento, e, depois, do seu sucessor Abd al-Mumin, conseguiram, a partir da região do Atlas, dominar todo o Magrebe, subtraindo-o aos Almorávidas, cuja capital, Marraquexe, caiu em 1147. Contudo, os primeiros contingentes almóadas tinham já chegado à Península Ibérica um ano antes, em 1146, acorrendo a um pedido de auxílio de alguns dos líderes das segundas taifas, vindo, no

contava ainda com efectivos disponibilizados pelas tribos que só mais tardiamente reconheceram a ideologia almóada – ou que a isso foram obrigadas – e ainda com um grande número de forças árabes, turcas ou curdas e, naturalmente, andaluzas – sevilhanas e cordovesas, por exemplo –, às quais que somou, como era comum sempre que era proclamada a *Jihad*, um contingente seguramente elevado de voluntários provenientes de ambas as margens do Mediterrâneo⁵⁷. Diz-nos o cronista Ibn Idari que, assim que começou a convocar as suas forças, ainda em 1189, “acudiram os voluntários e sucederam-se os povos das montanhas e das planícies, ávidos e obedientes. Chegaram muitas gentes dos abissínios, sedentários e os velados do deserto, apressados; reuniram-se na capital vermelhos e negros com a diversidade de línguas dos recrutados e dos voluntários e das massas de árabes e de soldados regulares, alistados e não alistados”⁵⁸. Mais difícil é quantificar este exército, sobre o qual as fontes são unânimes quanto a tratar-se de uma força muito numerosa. O autor do *al-Bayan* dá, a esse respeito, uma imagem curiosa: “eram mais (...) que as gotas de água e que as pedras”⁵⁹; enquanto a *Crónica de Portugal de 1419* regista que o califa “ajuntou consigo muitos mouros e infinda multidão de infieis de desvairadas nações”⁶⁰. Parece, pois, existir um certo consenso a respeito da grande dimensão da hoste almóada. Contudo, este tipo de apreciações em nada contribui para um cálculo dos efectivos envolvidos na campanha. Aliás, a única fonte que avança com números é a lápide mandada lavar por Gualdim Pais pouco depois do cerco de 1190 e evocativa desse episódio, a qual fornece uma estimativa de 400.000 cavaleiros e 500.000 peões, cifras demasiado exageradas para serem interpretadas de forma literal e que devem ser entendidas, isso sim, como uma forma de sublinhar o poderio das forças inimigas⁶¹.

Face aos silêncios de algumas fontes e aos exageros de outras, não é possível avaliar com rigor quantos eram, de facto, os efectivos que o califa tinha sob o seu comando. Parece, no entanto, evidente, tratando-se de uma grande campanha militar, que tenha mobilizado, de um e do outro lado do Estreito, todos os recursos à sua disposição, aliás, tal como fizera o seu pai em 1184, como o próprio al-Mansur viria a fazer em 1196 para a campanha de Alarcos, e como faria o seu sucessor, *al-Nasir*, em

entanto, a dar a um processo de conquista desses pequenos reinos e de unificação do al-Andalus, passando então à ofensiva sobre os reinos cristãos.

⁵⁷ Ibn Idari, 1953, p. 157; e Lévi-Provençal, 1941, p. 64.

⁵⁸ Ibn Idari, 1953, p. 150.

⁵⁹ Ibn Idari, 1953, p. 150.

⁶⁰ *Crónica de Portugal de 1419*, Cap. 53, p. 99.

⁶¹ Barroca, 2000 (II/1), p. 483.

1212, para a de Las Navas, quando congregou uma hoste que rondava entre os 22.000 e os 30.000 combatentes, isto segundo estimativas de Martín Alvira e de Francisco García Fitz, com as quais concordamos⁶². Ora se nos recordarmos que um outro exército, igualmente numeroso, foi enviado contra Silves – o que obrigou o comando almóada a dividir recursos –, e tendo como referência a dimensão do exército muçulmano mobilizado em 1212, é de admitir que a dimensão da hoste envolvida no cerco a Tomar rondasse entre os 15.000 e os 20.000 combatentes, ou seja, um cômputo muito aquém do que é apresentado na acima referida epígrafe, mas ainda assim, um grande número de guerreiros.

Bastante mais difícil, já que, para além dos silêncios das fontes, não dispomos de qualquer termo de comparação, é perceber quantos eram os efectivos que defendiam Tomar. Ainda assim, na impossibilidade de reconstituir quantos o fizeram, tentaremos, pelo menos, perceber quem defendia a praça-forte, começando desde logo pelos que se encontravam na linha da frente, ou seja, pelos cavaleiros templários e pelo seu comandante, o mestre Gualdim Pais.

Veterano dos teatros de operações da Síria Palestina, de onde regressou em 1155/1156 para assumir, pouco tempo depois, a dignidade mestral, tinha sob a sua autoridade, o comendador de Tomar, Lopo Fernandes⁶³ e um importante contingente de cavaleiros da ordem, mas cuja dimensão é impossível calcular⁶⁴. Aliás, desconhece-se por completo quantos eram os freires cavaleiros existentes em território português em finais do século XII⁶⁵. Todavia, se nos recordarmos que em 1319 a Ordem de Cristo, sucessora da Ordem do Templo, não contava mais de 70 freires cavaleiros, parece-nos admissível que em finais do século XII o número de cavaleiros templários rondasse também as sete dezenas de indivíduos⁶⁶. Importa, no entanto, sublinhar que estes efectivos se encontravam distribuídos pelas diversas fortificações tuteladas pela ordem, as quais, em 1190, perfaziam já uma dezena, cada uma delas com um número modesto de freires cavaleiros, como os cinco que em 1130-1140 zelavam pela defesa de Soure –

⁶² Martín Alvira, 2012, p. 332; García Fitz, 2008, pp. 490-491; e Monteiro / Martins / Agostinho, 2015, p. 147.

⁶³ Costa, 2019, p. 159.

⁶⁴ Costa, 2019, pp. 123-124.

⁶⁵ Entre 1162 e 1176, os forais atribuídos pelo mestre Gualdim Pais apresentam, entre confirmantes e testemunhas, apenas os nomes de nove freires cavaleiros: Arnaldo de Rochis, Soeiro Bermudes, Pedro Rio-Frio, Mancius, Elias, Pedro Gonçalves, Martim Peres, João Garcia e ...rivache (*Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines (I)*), pp. 386, 388-405).

⁶⁶ Martins, 2018, p. 323.

na altura ainda um castelo de fronteira –, tantos quantos os que em 1201 se encontravam estacionados em Almourol⁶⁷. Claro que tratando-se da sede da instituição, os efectivos destacados para Tomar eram consideravelmente mais numerosos que os das restantes fortalezas templárias. Além disso, é possível que na iminência da chegada da hoste almóada essa cifra tenha aumentado graças à chegada de reforços provenientes dos castelos vizinhos de Almourol, Cardiga, Zêzere ou mesmo de Pombal, já que importava, acima de tudo – mesmo que isso significasse desguarnecer as demais – assegurar a defesa da mais importante das praças-fortes templárias. Ainda assim, no total, dificilmente terão ultrapassado os 30-40 freires-cavaleiros. A estes somavam-se ainda diversos sergentes e auxiliares e ainda alguns indivíduos ligados por laços feudo-vassálicos e/ou familiares a certos e determinados freires, designadamente ao mestre – que certamente se fazia acompanhar pela sua guarda pessoal –, o que deveria totalizar entre uma e duas centenas de homens. Contudo, é impossível imaginar que estes bastariam para garantir a defesa de Tomar e do seu extenso perímetro defensivo.

Nesse sentido, a esmagadora maioria dos efectivos envolvidos nessa missão foram, decerto que sob o enquadramento dos cavaleiros templários, os membros das milícias concelhias locais e, eventualmente, os de algumas povoações próximas – entre cavaleiros, peões e besteiros, forças que a avaliar pelo articulado dos forais de 1162 e de 1174, teriam já alguma experiência de combate⁶⁸. E na sua missão de defender os muros e torres de Tomar, estariam apoiados, claro está, por toda a população da vila e pelos refugiados que aí afluíram em busca de segurança – alguns deles provenientes de Torres Novas – e que, independentemente da idade ou do sexo, tiveram seguramente um papel a desempenhar na defesa dos muros da vila, fosse a transportar e a arremessar pedras sobre os sitiadores, fosse de armas em punho, aliás, conforme propunha o tratadista tardo-romano Vegécio⁶⁹. Mas apesar de todos estes contributos, parece-nos por demais evidente que os sitiados se encontravam em clara inferioridade numérica relativamente aos sitiadores, os quais, no dia 5 de Julho, estavam já às portas de Tomar.

Mal chegaram, os almóadas deram início à pilhagem e destruição dos edifícios que se encontravam no exterior do perímetro amuralhado tomarense que, imaginamos, foram encontrados ao abandono. Dominar os arrabaldes era essencial para confinar o

⁶⁷ Costa, 2019, p. 125.

⁶⁸ *Portugaliae Monumenta Histórica: Leges et Consuetudines* (I), pp. 388-389 e pp. 399-401.

⁶⁹ Vegécio, 2009, Livro IV, Cap. 25, p. 136.

adversário a uma área tão reduzida quanto possível, o que permitia, por um lado, que os sitiadores não se dispersassem demasiado e, por outro, um controlo mais eficaz da praça-forte. E por isso, em situações de cerco, esta era sempre uma das primeiras medidas tomadas pelos exércitos atacantes⁷⁰. A lápide mandada gravar por Gualdim Pais e à qual já nos referimos por mais que uma vez, confirma esta ideia, registando precisamente que o califa destruiu tudo o que se encontrava fora dos muros⁷¹.

Com os sitiados circunscritos ao interior do perímetro amuralhado, seguiu-se, então, a instalação dos arraiais que, como era habitual nos exércitos almóadas, foram organizados segundo uma divisão de natureza étnica e tribal⁷², um sistema que, apesar de reflectir as diferenças – nem sempre fáceis de conciliar – existentes no seio das hostes califais, permitia distribuir as forças em redor do alvo e, dessa forma, manter o bloqueio estanque, evitando qualquer sortida e impedindo a entrada de reforços e/ou de mantimentos na fortaleza assediada. Talvez por isso Ibn Idari afirme que as forças de *al-Mansur* cercaram Tomar por todos os lados⁷³. E terminada a instalação dos diversos acampamentos – o maior dos quais era o do califa, facilmente identificável pela sua grande tenda vermelha, instalada, provavelmente, a leste da vila, junto ao Nabão –, rapidamente os sitiadores deram início aos ataques, que nesta fase inicial das operações se destinavam apenas a avaliar a capacidade de defesa da fortaleza e a forma como os sitiados se organizavam e respondiam a essas investidas.

A maior parte dos autores que se debruçou sobre este episódio sustenta que a resistência dos tomarenses foi tudo menos passiva, sublinhando o facto de estes terem inclusivamente, mercê a realização de diversas sortidas, infligido pesadas baixas entre as forças inimigas⁷⁴. A tradição afirma que, pelo menos, uma dessas manobras foi conduzida através da Porta da Almedina, aberta no lanço sul, a qual, devido à violência do combate que então teve lugar, passou a ser conhecida como Porta do Sangue⁷⁵. Carlos Batata, embora com uma argumentação que não nos parece a mais convincente – a inexistência de vestígios materiais –, negou e bem este episódio⁷⁶. Na verdade, nada permite confirmar a existência de um enfrentamento junto dessa porta, tal como não há

⁷⁰ Martins, 2014, p. 428. Estas acções serviam também para desgastar o moral dos sitiados, que viam os seus bens e casas serem arrasados.

⁷¹ Barroca, 2000 (II/1), p. 483.

⁷² García Fitz, 2008, pp. 292-293.

⁷³ Ibn Idari, 1953, p. 162.

⁷⁴ Henriques, 2003, p. 46; e Branco, 2005, p. 143.

⁷⁵ Graça, 1994, p. 12.

⁷⁶ Batata, 2020, pp. 81-82.

nenhum dado que sustente a realização desta nem de qualquer outra sortida. Bem vistas as coisas, os riscos envolvidos neste tipo de acções eram inúmeros, ao ponto de muitas vezes terminarem com um grande número de baixas, o que, no limite, poderia pôr em xeque a capacidade de defesa da praça-forte. Por conseguinte, eram quase sempre empreendidas como uma manobra de recurso e depois de todas as outras soluções terem fracassado⁷⁷. Ora, sendo o mestre Gualdim Pais um comandante experiente, não nos parece que tenha ordenado o lançamento de uma sortida quando o cerco estava ainda nos seus momentos iniciais, ou seja, numa altura em que a prudência aconselhava, acima de tudo, a poupar meios humanos e logísticos e a “esperar para ver”⁷⁸.

Outra das questões habitualmente referidas pelos estudiosos do cerco de Tomar e que também nos suscita algumas interrogações é a forma como as muralhas e torres da vila resistiram a todas as vagas de assalto lançadas pelos sitiadores. Como vimos já, este sistema defensivo foi erguido de acordo com os mais modernos e mais eficazes métodos de construção, pelo que, dado o resultado do cerco, é natural pensar que teria desempenhado um papel de relevo travando as investidas inimigas. Contudo, não temos qualquer indicação de que essas arremetidas, para além das acções exploratórias a que atrás nos referimos, tenham, de facto, sido empreendidas, contrariamente ao que se passou, dias antes, em Torres Novas, fortaleza sobre a qual, tudo o indica, os almóadas lançaram diversas vagas de assalto. Contudo, quer a dimensão, quer a capacidade de defesa de uma e de outra praça-forte eram incomparavelmente diferentes, pelo que se as tentativas de ultrapassagem das muralhas parecem fazer todo o sentido contra Torres Novas – um perímetro de reduzidas dimensões defendido por um número modesto de combatentes e que, por isso, mais dia, menos dia acabaria por ser conquistado pela força –, já o mesmo não podemos afirmar a respeito das imponentes defesas de Tomar. E estas, para além de estarem guarnecidas por um número seguramente elevado de efectivos, devem também ter sido alvo de algumas medidas destinadas a fortalecê-las, tais como o entaipamento de portas e o reforço de alguns sectores mais sensíveis da muralha, a colocação de manteletes entre os merlões e a instalação de hurdícios no

⁷⁷ Martins, 2014, pp. 445-446.

⁷⁸ Recorde-se que, durante a sua presença nos territórios da Síria-Palestina, Gualdim Pais terá participado em diversas campanhas, primeiro sob as ordens do Grão-Mestre Évrard des Barres e, a partir de 1152, dos seus sucessores, Bernardo de Trémelay e André de Montbard. Esteve, em 1152, na cidade de Jerusalém quando esta foi atacada pelo exército de o exército de *Timurtash* de Mardin e integrou as forças que, em 1153, cercaram a cidade de Ascalon. Na fase final deste destacamento na Terra Santa, Gualdim Pais esteve ainda em Antioquia, onde parece ter desempenhado um lugar de comando (Martins, 2013, pp. 54-57).

coroamento de algumas torres e panos de muralha⁷⁹. Ou seja, lançar-se contra os muros de Tomar, ou contra os de uma qualquer outra fortaleza suficientemente bem conservada e bem defendida era, no mínimo, pouco prudente e teria certamente redundado num fracasso e num elevado número de baixas. Assim, o papel destas estruturas defensivas terá sido, acima de tudo, dissuasor.

Por todos estes motivos os assaltos frontais eram relativamente raros. E eram-no ainda mais nos momentos iniciais de um cerco, quando os agredidos dispunham de todos os seus meios humanos e logísticos. Além disso, essas acções requeriam um planeamento rigoroso, uma observação atenta dos muros e torres e do posicionamento e movimentações dos efectivos inimigos. E no caso em apreço, devem também ter exigido a construção, pelo menos, de algumas escadas de assalto, já que não há qualquer informação que sugira que a hoste de *al-Mansur* se fizesse acompanhar por equipamento de cerco como o que foi transportado por via marítima contra Silves. E para tudo isso era necessário tempo, algo que, em função da curta duração do cerco, os almóadas não tiveram, já que menos de uma semana depois de terem instalado os seus arraiais se viram obrigados a empreender a marcha de regresso a Sevilha.

E é igualmente a curta duração do cerco que nos leva a rejeitar a ideia, aceite, por exemplo, por Alexandre Herculano, de que os muçulmanos teriam, a partir do arraial sobre Tomar, lançado incursões contra Alcobaça e Leiria, vila que teria inclusivamente sido arrasada. Alguns desses destacamentos teriam mesmo chegado às portas de Coimbra⁸⁰. Na verdade, tudo não passa de mais uma fantasia. Claro que, como regista o próprio *al-Mansur*, devem ter sido enviados alguns grupos de forrageadores contra as regiões da periferia de Tomar⁸¹, já que isso não só permitia ampliar o rasto de destruição, como a captura de botim e, sobretudo, de víveres que, por esta altura, escasseavam já, como veremos mais à frente, entre os sitiadores. Porém, foram algaras que tiveram seguramente – como foi já sublinhado por Mário Barroca – um raio de acção muito limitado e circunscrito a zonas próximas de Tomar⁸².

Assim, perante os dados disponíveis, o cerco de 1190 deve ter sido, para além de alguns ataques exploratórios e de uma ou outra troca de tiros de arco e/ou de besta, marcado por alguma monotonia – aliás, como sucedia com a maior parte dos cercos –,

⁷⁹ Segundo Mário Barroca, o hurdício é uma galeria de madeira coberta “que se construía na parte alta dos muros e de estruturas militares turriformes, próximo do coroamento de ameias, mas no exterior dos muros, ou seja, permitindo tiro vertical sobre a base dos muros” (Barroca, 2003, pp. 113-114).

⁸⁰ Herculano, 1980 (II), p. 76.

⁸¹ Lévi-Provençal, 1941, p. 65.

⁸² Barroca, 2000 (II/1), p. 491.

com os sitiadores a confiar que o grande número de efectivos seria suficiente para levar os sitiados à rendição e com estes a esperar que, ou pelo esgotamento dos víveres ou pela chegada de um exército de socorro, o inimigo se visse obrigado a desistir dos seus intentos. E neste jogo do galo e da raposa, como lhe chamava o infante castelhano D. Juan Manuel, a sorte sorriu, como acontecia na maioria das vezes, aos sitiados⁸³.

Assim, no dia 11 de Julho, cumpridos apenas 6 dias desde a sua chegada, os almóadas deram início ao levantamento dos arraiais e aos preparativos para o regresso a Sevilha. Ibn Idari justifica o fim abrupto do cerco com a chegada de embaixadores de Sancho I que, segundo afirma, teriam solicitado a *al-Mansur* um acordo de paz. Contudo, este cronista não adianta quaisquer detalhes a respeito deste acordo, acerca do qual mais nenhuma fonte faz referência, motivos que nos levam a interpretar a sua alusão como uma mera forma de justificar, sem manchar a reputação do califa, não só a curta duração do cerco, como os fracos resultados da campanha. Excluída, assim, a hipótese de um pacto com o rei português, porque teria então *al-Mansur* ordenado o final do cerco quando ainda nem uma semana tinha decorrido desde o seu início?

Embora as inexpugnáveis estruturas de defesa da praça-forte, bem como a forma como estavam defendidas, possam ter constituído uma desagradável surpresa para os sitiadores, que talvez esperassem um alvo mais fácil, existem outros motivos, bem mais fortes, que explicam o desfecho da campanha. Falamos da escassez de mantimentos e do estado de saúde do califa, razões apontadas pela generalidade das crónicas para explicar o final abrupto do cerco a Tomar⁸⁴.

O abastecimento era sempre um dos maiores quebra-cabeças com que os exércitos em campanha se debatiam. É sabido que tanto a coluna de *al-Mansur*, quanto a de Abu Zakaryia se faziam acompanhar por um trem de apoio carregado de víveres, a que se foram somando os alimentos obtidos, através do saque, ao longo do trajecto em território português, nomeadamente na região de Évora, entre Santarém e Torres Novas e em Tomar e, através das algaras lançadas, a partir do arraial dos sitiadores, na região em redor da praça-forte cercada. Além disso, os exércitos almóadas dispunham de um, regra geral eficaz, sistema de apoio logístico, assente em colunas de abastecimento provenientes da retaguarda⁸⁵. Não havia, pois, motivos para imaginar que a hoste de *al-*

⁸³ Henriques, 2003, p. 33.

⁸⁴ Ibn Idari, 1953, p. 162.

⁸⁵ García Fitz, 2008, pp. 377-384.

Mansur pudesse, apesar de composta, como pensamos, por uns 15.000 a 20.000 efectivos, vir a sentir falta de mantimentos. Contudo, foi precisamente isso que sucedeu.

São vários os motivos que contribuíram para esse cenário. Em primeiro lugar, porque o sistema de abastecimento assente em colunas vindas de posições mais recuadas estava longe de se revelar infalível, sobretudo quando se tratava, como era o caso, de exércitos muito numerosos e que operavam em regiões muito afastadas desses centros de aprovisionamento. E tal como sucedera em 1172, frente aos muros de Huete, também em 1190 este sistema, ainda que se desconheçam as causas, falhou redondamente⁸⁶. Mas não foi esta a única causa da escassez de víveres sentida durante o cerco a Tomar. Sendo a aproximação dos exércitos em trânsito relativamente fácil de detectar com alguma antecedência, as populações tinham quase sempre tempo para recolher ou para destruir os alimentos e o gado que estavam ainda nos campos, de modo a que não caíssem nas mãos do inimigo⁸⁷. E também neste caso os agredidos devem ter actuado dessa forma, o que levou a que os agressores encontrassem os campos vazios, um cenário que piorou ainda mais o quadro de escassez. A agravar a situação, é muito provável que os víveres transportados, tanto pela coluna de *al-Mansur*, quanto pela de Abu Zakaryia, também não fossem em grande número, já que a presença de muitas dessas forças, durante largos períodos de tempo nos locais para onde foram convocados deve ter aumentado o consumo de géneros e provocado alguma escassez nesses locais que, no momento da partida da hoste, podem não ter tido capacidade para fornecer todas as vitualhas exigidas pelo califa, o que talvez explique também o falhanço das colunas de abastecimento. Mas importa não esquecer que desde 1189 que Portugal, tal como praticamente toda a Península Ibérica, sofria uma crise frumentária provocada por maus anos agrícolas causados por invernos muito chuvosos⁸⁸, o que pode, afinal de contas, explicar quer as dificuldades de aprovisionamento da hoste almóada, quer a dificuldade de obtenção de víveres ao longo da sua deslocação, nomeadamente nas regiões entre Évora e Tomar. Não admira, por tudo isso, como regista o testemunho de Ibn Idari, que os mantimentos existentes no arraial sobre Tomar fossem manifestamente insuficientes

⁸⁶ No caso da campanha de Huete, como demonstrou, Francisco García Fitz, os problemas de abastecimento surgiram, por um lado, porque a campanha se arrastou por demasiado tempo e, por outro, devido ao elevado número de homens que compunha o exército almóada (García Fitz, 2008, pp. 378-379). E ainda que em 1190 a hoste de *al-Mansur* fosse igualmente formada por um grande número de efectivos, convém não esquecer que não esteve mais de um mês em campanha, sendo que só permaneceu em território hostil durante umas duas semanas e meia.

⁸⁷ Branco, 2005, p. 143

⁸⁸ Estes maus anos agrícolas inserem-se num ciclo iniciado em 1171 e que se prolongou até 1190 afectando toda a Europa (Marques, 1978, p. 35).

e transaccionados a preços muito elevados⁸⁹. Mas para além de víveres para os combatentes, era também essencial assegurar alimento para os animais, designadamente para os cavalos que, decerto, seriam em grande número. E nesta altura do ano já não era muito fácil encontrar pastagens com erva suficiente, o que pode também ter agravado os problemas da hoste almóada⁹⁰.

Outra das questões que parece ter sido decisiva para o fim súbito do cerco foi o agravamento dos problemas de saúde do califa que, ao que parece, já se faziam sentir durante o ataque a Torres Novas⁹¹. As fontes muçulmanas são parcas em detalhes, nada adiantando a respeito do tipo complicações que afectaram *al-Mansur*. No entanto, a *Crónica de Portugal de 1419* afirma que “vynha-lhe menaçom de vemtre”⁹², uma expressão que sugere tratar-se de um problema de natureza gastrointestinal, muito provavelmente um caso de disenteria estival, um mal muito comum entre as forças envolvidas em operações de cerco e que advinham das péssimas condições de higiene dos arraiais e do consumo de alimentos e de água de má qualidade, situações que se agravavam nos períodos de mais calor, ou seja, na Primavera e no Verão, altura em que a maior parte das campanhas militares tinha lugar⁹³. Muitas vezes era a acumulação de dejectos nos arraiais que levavam ao surgimento da doença. Segundo cálculos de Bert S. Hall – baseados nas estimativas propostas por Bernard S. Bachrach –, um exército composto, hipoteticamente, por 12.500 homens produziria por dia entre 4.500 e 5.000 kgs de excrementos e 15.000 litros de urina, a que se acrescentavam 50 toneladas de estrume e 50.000 litros de urina, produzidos por uns, também hipotéticos, 2 500 cavalos⁹⁴. Ora, perante estes dados, rapidamente se percebe que ou existia um sistema extraordinariamente eficaz de remoção de lixos – o que, a avaliar pelo que acontecia nas grandes cidades devia ser raro⁹⁵ – ou então, ao fim de alguns dias os acampamentos seriam locais, no mínimo, desagradáveis. Aos dejectos acrescentava-se ainda outros tipos de lixos, como os restos provenientes das cozinhas de campanha e do desmancho

⁸⁹ Al-Bayan, 1953, p. 162.

⁹⁰ Em Abril-Maio, altura em que se encontrava a erva mais fresca, viçosa e com maior valor nutricional, um hectare de pasto bastava para alimentar, num só dia, entre 50 e 80 cavalos, mesmo em anos de outono e primavera mais secos, mas esse valor decresce bastante nos outros meses, obrigando a recorrer ao pasto seco, menos nutritivo. Esta solução, para além de exigir uma área muito superior, de tal forma que em Junho o mesmo hectare, só consegue assegurar alimento para 15 cavalos, o que levava a que os mesmos 50 a 80 cavalos necessitavam de uma área de 5 hectares (Afonso, 2021, pp. 474-474).

⁹¹ *Crónica de Portugal de 1419*, Cap. 53, p. 99.

⁹² Brandão, 1974, Cap. XIII, p. 22.

⁹³ Martins, 2014, pp. 325-327.

⁹⁴ Hall, 1999, p. 266.

⁹⁵ Gonçalves, 1996, pp. 82-87.

das rezes consumidas nos arraiais, a palha proveniente dos locais onde os animais estavam instalados, bem como os resíduos dos hospitais de campanha, muitos dos quais ensopados em sangue. Para além dos odores e das bactérias libertadas para o ar por essas imundices, todos estes dejectos penetravam também, e de forma rápida, no solo e nos lençóis freáticos e, automaticamente, na água que era consumida, provocando quase sempre graves distúrbios gastrointestinais, disenteria e febre, um quadro clínico que podia mesmo conduzir à morte⁹⁶. E se, como pensamos, foi efectivamente um surto de disenteria, então *al-Mansur* terá sido apenas um dos muitos que foram atingidos, porquanto esta era uma enfermidade altamente contagiosa.

Ora, se as fontes registam que o califa já se encontrava doente por alturas do cerco a Torres Novas, isso significa que teria contraído a doença anteriormente. À partida, não parece que o surto tenha eclodido durante os altos que a hoste efectuou durante a marcha, já que estes não devem ter sido particularmente demorados, não dando, por isso, tempo para que a doença surgisse e se espalhasse. Assim, o mais provável é que tenha surgido ainda em Sevilha ou em Córdova, onde muitas das forças participantes na campanha estiveram acampadas durante várias semanas a aguardar pelo início da marcha, provavelmente acantonadas em acampamentos sem condições sanitárias e abastecidos com alimentos e água de qualidade, no mínimo, duvidosa.

Falta de mantimentos, aumento do número de baixas – algumas delas mortais, como dá conta a já referida lápide de 1190 que, no entanto, não adianta quaisquer cifras⁹⁷ – devido à disenteria e não tanto por acção das armas inimigas, agravamento do estado de saúde do califa, inexpugnabilidade das defesas tomarenses, resistência dos sitiados. Estavam reunidas as condições que iriam ditar o final do cerco, um desfecho anunciado pelo boato que dava conta da morte de *al-Mansur*.

Não sabemos, porque as fontes não o dizem, de onde veio esse rumor, embora o mais provável é que tenha surgido entre os sitiados ou junto dos destacamentos enviados por Sancho I para vigiar a hoste almóada, que decerto se aperceberam do avolumar do número de baixas entre os inimigos, mas, acima de tudo, porque a dada altura se aperceberam de que estes começavam a desmontar a suas tendas, nomeadamente o grande pavilhão vermelho do califa⁹⁸. Ainda que precipitada, foi essa a

⁹⁶ Hall, 1999, pp. 266-267.

⁹⁷ Barroca, 2000 (II/1), p. 483.

⁹⁸ Roger de Howden, pub. por Villegas Aristizábal, 2009, pp. 169-170.

informação que chegou, não só a Santarém e ao rei – que decerto rejubilou com a notícia –, como a outros locais do reino e mesmo além-fronteiras, alcançando inclusivamente a cidade de Compostela, em cuja catedral, a morte do califa foi referida na primeira leitura do ofício nocturno da Festa dos Milagres de Santiago, no dia 3 de Outubro⁹⁹. Porém, tal como no caso de Mark Twain, as notícias da sua morte foram um claro exagero.

Mas o fim do cerco de Tomar não significou o termo dos problemas de Sancho I, por um lado, porque Silves continuava sob um intenso assédio conduzido por Abu Hafis e, por outro, porque o grande número de cruzados que continuava a aportar a Lisboa estava a deixar a cidade em estado de sítio¹⁰⁰. Motivados por um excesso de zelo religioso e ou de bebidas alcoólicas, como sugere John Gillingham¹⁰¹, mas também porque esse era um comportamento típico dos combatentes cruzados – aliás, antes da partida da frota, já se tinham verificado diversos massacres de judeus em Norwich, Stamford e York¹⁰² –, os recém-chegados contingentes de Robert de Sablé e Richard de Camville actuaram de forma particularmente violenta, primeiro contra os membros das comunidades judaica e muçulmana de Lisboa e, depois, de uma forma mais generalizada, contra a restante população, queimando casas, roubando e destruindo bens, violando mulheres, ferindo e matando indiscriminadamente¹⁰³.

Informado dos tumultos, Sancho I regressou imediatamente a Lisboa acompanhado pelos ingleses que, nas semanas anteriores, tinham ajudado a reforçar a defesa de Santarém. E fê-lo, talvez logo no dia 12 de Julho, ou seja, assim que se tornou claro que os almóadas tinham levantado o cerco a Tomar. Chegado à cidade, reuniu de emergência com os comandantes da frota, os quais se comprometeram a controlar e travar os seus homens. Contudo, três dias depois, os tumultos voltaram a estalar, desta feita desencadeando uma violenta reacção dos lisboetas e das forças do rei, que encerraram as portas da cidade, impedindo os ingleses de regressar aos seus navios. Foram então aprisionados 700 desses homens, os quais, depois de uma nova ronda negocial entre os seus líderes e o monarca, foram obrigados a devolver o produto do saque e, sob escolta, levados para os seus navios, de onde foram proibidos de

⁹⁹ Mattoso em Herculano, 1980 (II), p. 179, n. 28.

¹⁰⁰ Roger de Howden, pub. por Villegas Aristizábal, 2009, p. 170.

¹⁰¹ Gillingham, 2012, p. 215.

¹⁰² Roger de Wendover, 1849, pp. 89-90.

¹⁰³ Gillingham, 2012, p. 215; e Branco, 2005, p. 145.

desembarcar. E foi a bordo que aguardaram pela chegada da frota de Guilherme de Fors, com a qual, no dia 26 de Julho, iniciaram uma nova etapa da viagem que os acabaria por levar, através do Mediterrâneo, ao porto de S. João de Acre¹⁰⁴.



7 - Final da campanha almóada de 1190

Mas convém não esquecer que Tomar não foi o único alvo da campanha de 1190. Em Silves, cercada desde meados de Junho, a resistência portuguesa, liderada pelo alcaide Rodrigo Sanches – que meses antes substituíra Mem Gonçalves de Sousa, ou Pedro Afonso¹⁰⁵ –, foi igualmente bem-sucedida, sobretudo porque, devido ao atraso da frota que os transportava, só no dia 5 de Julho os sitiadores dispuseram de engenhos de cerco¹⁰⁶. Mas mesmo com a chegada desses meios, que não sabemos

¹⁰⁴ Roger de Howden, pub. por Villegas Aristizábal, 2009, p. 170.

¹⁰⁵ Branco, 2005, p. 140.

¹⁰⁶ Henriques, 2003, p. 46.

sequer se chegaram a ser desembarcados, quanto mais utilizados, as forças de Abu Hafs acabaram por retirar. Ibn Idari afirma que o cerco foi interrompido por ordens do califa, enviadas através de um mensageiro¹⁰⁷. Versão diferente, mas nem por isso incompatível com a anterior, é veiculada pela *Crónica de Portugal de 1419*, onde se afirma que os almóadas abandonaram o cerco assim que souberam do recuo de *al-Mansur* para Sevilha¹⁰⁸. Em qualquer dos casos, é inegável que a retirada de Abu Hafs está directamente ligada ao fim do cerco de Tomar e que terá decorrido entre os dias 12 e 25 de Julho.

Por isso, quando a frota inglesa que se dirigia para a Síria-Palestina – a mesma que integrava, entre outras, as forças que, semanas antes, tinham sido responsáveis por violentos tumultos em Lisboa e que tinham deixado o Tejo no dia 26 desse mês – passou ao largo de Silves¹⁰⁹, não havia já quaisquer sinais da presença dos sitiadores, de tal forma que, ao relatar a passagem dessas embarcações por esse local, o cronista Roger de Howden não deixou de sublinhar que Silves era a cidade mais remota dos cristãos naquelas partes da Hispânia¹¹⁰.

Apesar do insucesso da campanha de 1190, nem por isso o califa deixou de entrar em Sevilha de forma apoteótica. Ibn Idari relata que “no dia da chegada [16 de Julho] acampou diante da cidade com a maior solenidade; fez montar os negros em corcéis brancos, tendo nas suas mãos adargas e nas suas cabeças capuzes de feltro de um vermelho vivo, e os peitos dos corcéis adornados com campainhas em forma de marmelos e os Guzz com diversos tipos de túnicas. Foi um espectáculo que fascinava os olhares e pasmava as mentes e os pensamentos”¹¹¹. Mais moderado nas suas apreciações foi o próprio *al-Mansur* na missiva que redigiu no dia 31 de Julho, duas semanas depois da sua entrada na capital da Andaluzia, e na qual se limitava a afirmar que foi ele que decidiu levantar o cerco – embora sem adiantar quais os motivos –, o que se fez em boa ordem, com o exército a regressar a Sevilha “carregado de botim”¹¹². E curiosamente, nesta carta, centrada nos acontecimentos protagonizados pelo califa, não existe uma única referência ao cerco a Silves que, por essa altura, tinha já sido levantado e que

¹⁰⁷ Ibn Idari, 1953, p. 162.

¹⁰⁸ *Crónica de Portugal de 1419*, Cap. 53, p. 99.

¹⁰⁹ Barroca, 2000a (II/1), pp. 490-491; Branco, 2005, p. 143; e Henriques, 2003, pp. 45-47.

¹¹⁰ Roger de Hoveden, 1953, p. 150.

¹¹¹ Ibn Idari, 1953, p. 162.

¹¹² Lévi-Provençal, 1941, p. 65.

constituía outro dos fracassos da campanha¹¹³. Bem vistas as coisas, *al-Mansur* não tinha grandes motivos para se alongar no relato dos acontecimentos. Talvez por isso tenha enaltecido a conquista do pequeno e modesto castelo de Torres Novas, apresentando-o como “um castelo altíssimo e inexpugnável, rodeado de precipícios, muito fortificado e guarnecido”¹¹⁴.

Pelo contrário, em Tomar havia razões de sobra para festejar. E Gualdim Pais fê-lo, como referimos já, imortalizando o resultado do cerco de 1190 numa lápide evocativa e na qual não deixou de destacar o seu papel ao comando dos sitiados: “Era de 1228 (ano de 1190), aos 13 dias de Julho veio el rei de Marrocos trazendo 400 mil de cavalo e 500 mil de pé e cercou este castelo por seis dias e destruiu quanto achou fora dos muros e ao castelo e ao dito mestre com seus soldados livrou Deus de suas mãos. E o mesmo rei tornou-se para a sua pátria com inumerável detrimento dos homens e das bestas”¹¹⁵. Trata-se, inequivocamente, de uma mensagem para a posteridade. Mas era também um recado para Sancho I, que tinha recentemente expulsado os templários e os hospitalários de Silves¹¹⁶ e a quem o mestre lembrava a relevância do papel desempenhado pelas fortalezas da ordem e, acima de tudo, a enorme importância da instituição que tutelava no quadro da defesa da zona do Médio Tejo e, em última análise, na protecção das fronteiras do reino.

Mas se a campanha de 1190 se revelou, para o califa, um fracasso em toda a linha, a do ano seguinte teve um desfecho completamente diferente. De facto, para além de reconquistar Silves, em 1191 o exército de *al-Mansur* recuperou ainda todas as fortalezas da Península de Setúbal – Alcácer, Palmela, Almada e talvez Sesimbra –, uma ofensiva que repôs a fronteira na linha do Tejo, ou seja, no mesmo local onde se encontrava em Outubro de 1147 e a sul da qual apenas Évora permaneceu em mãos portuguesas.

¹¹³ Ibn Idari, 1953, p. 162.

¹¹⁴ Lévi-Provençal, 1941, p. 65; e Huici Miranda, 1954, p. 63.

¹¹⁵ Barroca, 2000 (II/1), p. 484.

¹¹⁶ Os motivos para estes atritos entre o rei e as ordens militares internacionais (Templo e Hospital) não estão ainda suficientemente esclarecidos. Ainda assim, é possível que estejam relacionados com o apoio crescente do monarca às ordens de Avis e de Santiago e com a tentativa de travar o crescimento do poder e do património dos Hospitalários e, acima de tudo, dos Templários (Branco, 2005, pp. 139 e 179).

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Carlos Filipe Nunes Lobão Dias

2021 – *A Guerra Cristã na Formação de Portugal (1128-1249)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Doutoramento (Policopiada).

ALVIRA CABRER, Martín

2012 – *Las Navas de Tolosa 1212. Idea, Liturgia y Memoria de la Batalla*, Madrid, Sílex.

AZEVEDO, Rui de

1935 – “Coimbra sob a ameaça de assédio, na invasão sarracena de 1190”, *O Instituto*, nº 88, pp. 33-36.

BARROCA, Mário Jorge

1997 – “A Ordem Militar do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII”, *Portugalia*, Nova Série, Vol 17-18, pp. 171-209.

2000 – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação Gulbenkian/FCT, 3 vols.

2003 – “Da Reconquista a D. Dinis”, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Vol. 1, coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 21-161.

2017 – “A arquitectura militar portuguesa no tempo de D. Afonso Henriques”, *No Tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro Século Português*, Coord. de Mário Barroca, Porto, CITCEM, pp. 125-158.

BATATA, Carlos

2020 – *As Origens de Tomar. Carta Arqueológica do Concelho. Revista e Actualizada*, Tomar, Câmara Municipal de Tomar.

BENNETT, Stephen

2021 – *Elite Participation in the Third Crusade*, Woodbridge, The Boydell Press.

BRANCO, Maria João Violante

2005 – *D. Sancho I*, Lisboa, Círculo de Leitores.

CONDE, Manuel Sílvio Alves

1996 – *Tomar Medieval. O Espaço e os Homens*, Cascais, Patrimonia.

COSTA, Paula Pinto

2019 – *Templários em Portugal. Homens de Religião e de Guerra*, Lisboa, Manuscrito.

GARCÍA FITZ, Francisco,

2008 – *Las Navas de Tolosa*, Barcelona, Ariel.

GILLINGHAM, John

2012 – *Ricardo Corazón de León*, Madrid, Sílex.

GONÇALVES, Iria

1996 – “Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”, in *Um Olhar Sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, pp. 77-95.

GRAÇA, Luís Maria Pedrosa dos Santos

1994 – *Castelo dos Templários*, s.l., ELO-Publicidade, Artes Gráficas Lda.

HALL, Bert S.

1999 – “The changing face of siege warfare: technology and tactics in transition”, in *The Medieval City Under Siege*, ed. de Ivy A. Corfis e Michael Wolfe, Woodbridge (UK) / Rochester (US), The Boydell Press (reimp.), pp. 257-275.

HENRIQUES, António Castro

2003 – *Conquista do Algarve (1189-1249). O Segundo Reino*, Lisboa, Tribuna.

HERCULANO, Alexandre

1980 – *História de Portugal. Desde o Começo da Monarquia até o Fim do Reinado de Afonso III*, notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Bertrand, Vol. 2.

HUICI MIRANDA, Ambrósio

1954 – “Las campañas de Ya’qub al-Mansur en 1190 y 1191”, *Anais*, 2ª Série, Vol. 5, pp. 55-74.

LÉVI-PROVENÇAL, Evariste

1941 – “Un recueil de lettres officielles almohades”, *Hesperis*, nº 28, pp. 1-80.

LOURINHO, Inês

2021 – “Portugal a caminho de Sevilha. O fossado de Triana (1178)”, *Fechos de Armas. 15 Hitos bélicos del Medievo Ibérico (siglos XI-XVI)*, ed. de Martín Alvira e Miguel Gomes Martins, Madrid, La Ergástula, pp. 57-71.

MARQUES, A. H. de Oliveira

1978 – *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Cosmos, 3ª edição.

MARQUES, José

1992 – “A presença da Igreja na História Militar Portuguesa: Das origens aos finais do século XIV” in *I Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar – Para Uma Visão Global da História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 81-100.

MARTINS, Miguel Gomes

2011 – *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

2013 – *Guerreiros Medievais Portugueses. De Geraldo, O Sem-Pavor, ao conde de Avranches. Treze Biografias de grandes senhores da guerra (séculos XII-XV)*, Lisboa, Esfera dos Livros.

2014 – *A Arte da Guerra em Portugal (1245 a 1367)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

2018 – “As hostes das Ordens Militares em Portugal entre os finais da Reconquista e inícios do século XV – Composição e dimensão”, *Entre Deus e o Rei. O Mundo das Ordens Militares*, Vol. 1, Coord. de Isabel Cristina F. Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela / GEOS, pp. 321-336.

2019 – “A guerra na formação do reino de Portugal”, *Portugal, uma Retrospectiva - 1179*, dir. de Rui Tavares, Lisboa, Público / Tinta-da-China, pp. 56-81.

2020 – “Das portas de Badajoz às muralhas de Faro: Ritmos, rumos e protagonistas da guerra (1169-1249)”, *Guerreiros e Mártires. A Cristandade e o Islão na Formação de Portugal*, coord. de Joaquim Oliveira Caetano e Santiago Macias, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga / Imprensa Nacional, pp. 94-101.

MATTOSO, José

1992 – “As três faces de Afonso Henriques”, *Penélope*, nº 8, pp. 25-42.

2006 – *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores.

MONTEIRO, João Gouveia / MARTINS, Miguel Gomes / AGOSTINHO, Paulo Jorge

2015 – “Las Navas de Tolosa (1212): A batalha dos quatro reis”, *Guerra e Poder na Europa Medieval. Das Cruzadas à Guerra dos Cem Anos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 113-189.

SILVA, Libório Manuel / MARTINS, Miguel Gomes

2019 – *Castelos Maravilhas de Portugal*, V. N. Famalicão, Centro Atlântico.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de

1965-1966e – “Tempreiros ou Templeiros”, in *Elucidário das Palabras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usaram e que Hoje Regularmente se Ignoram*, Vol. II, ed. crítica de Mário Fiúza, Lisboa / Porto, Livraria Civilização, pp. 582-602.

VILLEGAS ARISTIZÁBAL, Lucas

2009 – “Revisión de las crónicas de Ralph de Diceto y la Gesta Regis Ricardi sobre la participación de la flota angevina durante la Tercera Cruzada en Portugal”, *Studia Historica - Historia Medieval*, nº 27, pp. 153-170.

FONTES

AL-HIMYARI

1963 – *Kitab bar-Rawd al Mi`Ttar*, Trad. de Maria Pilar Maestro Gonzalez, Valencia, Anubar

“Annales D. Alfonsi Portugallensium Regis”, pub. por M. Blöcker-Walter, in *Alfons I von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Bergrunders der Portugiesichen Unabhängigkeiten*, Zurich, Fretz und Wasmuth Verlag, 1966, pp. 151-161.

BRANDÃO, Frei António

1974 – *Monarquia Lusitana*, Parte Quarta, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

COELHO, António Borges

1989 – *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Caminho, Vol 1.

Crónica de Portugal de 1419, ed. crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques, 1095-1185, Vol. 1, Tomo 1, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1961 (DMP-DR).

IBN ABI ZAR

1964 – *Rawd al-Qirtas*, ed. de Ambrosio Huici Miranda, Valencia, Anubar.

IBN IDARI

1953 – *Al-Bayan al-Mugrib, Los Almohades*, Tomo I, Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, ed. de Ambrosio Huici Miranda, Tetuan, Editora Marroqui.

1963 – *A-Bayan al-Mugrib. Nuevos Fragmentos Almorávides y Almohádes*, ed. de Ambrosio Huici Miranda, Valencia (AB-NF)

PIMENTA, Alfredo

1982 – *Fontes Medievais da História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 2ª edição.

Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines, Vol. I e II, Lisboa, Academia das Ciências, 1856.

Relação da Derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados que Partirão do Escalda para a Terra Santa no Anno de 1189 (De Itenere Navali, de Eventibus de Que Rebus a Peregrinis Hyerosolimam Petentius MCLXXXIX Portiter Gestis Narratio), ed. de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844.

ROGER DE WENDOVER

1849 – *Flowers of History*, Vol. II, ed. de J. A. Giles, Londres, Henry G. Bohn.

ROGER DE HOVEDEN

1853 – *Annals of Roger of Hoveden Comprising the History of England*, Vol. II, ed. de Henry T. Riley, Londres, Henry G. Bohn.

VEGÉCIO

2009 – *Compêndio da Arte Militar*, ed. de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

